

Memórias da Diáspora: diálogos históricos entre Moçambique e as ilhas Mascarenhas

Aurélio Rocha*

pp. 51-66

Introdução

A historiografia da zona do Índico Ocidental tende, desde há algum tempo, a ser redimensionada, contra a ideia feita da negação, primeiro, e a irrelevância, depois, de uma história africana nas ilhas do vasto oceano. Convém lembrar que a ideologia colonial sempre procurou negar o passado africano das ilhas do Índico a fim de justificar mais facilmente a dominação europeia e a exploração duma população negra reduzida ao estado de objeto pelo direito europeu e colonial.

Como já muitos autores evidenciaram, o tráfico de escravos e as formas de trabalho servil tiveram incidências económicas e sociais profundas em Moçambique e nas ilhas do Oceano Índico, proporcionando por essa via relações culturais e políticas muito especiais a partir do século XVIII, se não mesmo antes, e até ao século XX.

Questões como a escravidão, as migrações, a dimensão dos tráficos e outros temas da história colonial estão razoavelmente tratados nas várias obras que a eles se dedicaram. Mais raros, são, porém, os estudos que procuram identificar o que ficou dessas relações marcadas pelos tráficos de pessoas – foi Gerbeau (1979b: 242) quem chamou a atenção para a existência de vários *fenómenos do tráfico*¹ –, tanto nos destinos para onde foram transportados como nas terras de origem. Raros são, também, os estudos sobre as interações históricas na origem de culturas com influências africanas nas ilhas do Índico. Desses raros estudos, cumpre mencionar os resultados das pesquisas de, entre outros autores, José Capela (1993, 2002, 2005, 2016), Eduard Alpers (1970, 1975, 2000, 2001, 2005a, 2005b, 2009), Sudel Fuma (1979, 1994, 1999, 2005a, 2005b), Herbert Gerbeau (1979a, 1979b, 1999), Jean-Michel Filliot (1974, 1985, 2003), Gwin Campbel (1981, 1989a, 1989b, 2005) e Philippe Bédière (2001, 2005).

Acentuando a pertinência e a atualidade destas temáticas, os trabalhos destes autores romperam com uma certa *história do silêncio* (Gerbeau, 1979b: 237) e trouxeram-nos elementos que permitem uma melhor compreensão da história aos descendentes dos arrastados nessa enorme infâmia que foram os tráficos de pessoas.

Tomo a liberdade de dar nota da minha experiência, não sem deixar – não o poderia fazer, por dever de homenagem – de mencionar José Capela, cujo incentivo foi determinante

* Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
aurelioanrocha@gmail.com

¹ Esta ideia de Gerbeau está em clara sintonia com a UNESCO que, em face das inúmeras formas de trabalho compelido que atravessaram o período colonial de antes e após a intervenção e a partilha de África pelos europeus, entendeu ser mais apropriado chamar a essas deslocações forçadas de pessoas de «tráficos escravagistas» e não apenas «tráfico de escravos».

para penetrar nestes domínios da história dos escravismos nas suas mais distintas formas, procurando trazer para o debate elementos que podem ajudar a encontrar respostas para algumas das questões ainda em fase embrionária da pesquisa no âmbito de um estudo mais alargado intitulado *Memórias das Diásporas*.

Na esteira dos autores mencionados, entendi dever contribuir para reabilitar o passado africano rico de um património cultural, desconhecido ou subestimado, cumprindo assim a obrigação de estudar mais a fundo esta história a fim de permitir às pessoas, às novas gerações, o reencontro com as suas raízes para melhor viverem e se compreenderem neste espaço regional que experimenta, atualmente, os efeitos duma nova colonização: globalização ou mundialização, como se queira chamar, qual nova ideologia tão ou mais destrutiva e perversa que a ideologia colonial que subjugou a história e as culturas africanas. É também a forma de me juntar à comunidade científica na exigência de repor a história das sociedades das margens do Índico ocidental no seu justo lugar, para que as ideologias não deformem o passado histórico daqueles que foram os seus protagonistas. Há, enfim, a necessidade de honrar a memória dos Africanos que foram durante tanto tempo desumanizados, coisificados e, sobretudo, rejeitados pelas sociedades coloniais intolerantes e racistas do século XX.

1. Origens remotas das relações comerciais entre Moçambique e as Mascarenhas

Desde o século VII que se exportavam escravos da costa oriental de África para a Arábia, Golfo Pérsico, Índia e Oriente em geral. Era, todavia, uma exportação limitada. A verdadeira expansão do tráfico de Moçambique ocorreu a partir de meados do século XVIII com a multiplicação de entrepostos escravagistas portugueses e franceses e, também, espanhóis e americanos, que traficavam escravos para as plantações de cana-de-açúcar das ilhas Mascarenhas, de Madagáscar, Comores, Seychelles, do Brasil, Cuba e América do Norte. A procura de escravos, estimulada no início do século XIX pela expansão da cultura da cana-de-açúcar nas Ilhas Mascarenhas, intensificou-se depois por causa das solicitações provenientes das plantações brasileiras de cacau e café para além da expansão da agricultura de plantação especializada na produção de especiarias de Zanzibar e Pemba (Gentili, 1998: 49). Enquanto o comércio de Moçambique com o Oriente ia declinando, crescia o tráfico de escravos para as Américas e para as ilhas do Índico. Nos séculos XVIII e XIX, a costa moçambicana começou a ser mais intensamente procurada pelos plantadores franceses instalados nas ilhas do Índico (Clarence-Smith, 1989: 42). Apesar do inquestionável crescimento do tráfico no século XVIII, a África Oriental ainda não se mostrava muito atrativa para os traficantes, devido ao longo percurso que era preciso fazer e que se traduzia em custos elevados e altas taxas de mortalidade durante as viagens. Será sobretudo no século XIX que o negócio se tornará mais vantajoso, devido ao ainda ineficaz patrulhamento da costa oriental africana pelos navios ingleses e portugueses, ao contrário do que ocorria na costa oeste de África. Assim, o tráfico de escravos continuou incólume mesmo depois de ter sido considerado ilegal, criando-se cada vez mais centros ao serviço do negócio.

À época, a situação de Moçambique era de enorme crise e incerteza, levando a que o tráfico de escravos prosperasse e se tornasse importante de tal modo que passou a dominar a economia de Moçambique na primeira metade do século XIX. A anarquia política em Portugal e as medidas liberais demasiado idealistas de descentralização administrativa mais não conseguiam do que aumentar a autonomia e a impunidade dos promotores do tráfico, incluindo os funcionários da administração portuguesa. Como afirma Clarence-Smith (1989: 40), as medidas abolicionistas dos governos liberais em Portugal não resultaram,

dada a incapacidade de fazer cumprir localmente a legislação contra o tráfico de escravos, como ocorreu com a lei abolicionista de Sá da Bandeira em 1836.

Apesar de subsistir ainda hoje uma enorme controvérsia sobre o número exato de escravos saídos de Moçambique, para o Índico, para o Atlântico e outros destinos, do que não há dúvida é que este foi um grande negócio e envolveu muita gente. Os lucros com os tráficos iam, em geral, para os bolsos dos altos funcionários portugueses e dos traficantes que ditavam a lei em Moçambique. Funcionários de postos intermédios ou inferiores da administração colocavam-se muitas vezes ao serviço das elites mestiças e negras, todas profundamente envolvidas no tráfico. Muitos funcionários enviados por Lisboa para acabar com o tráfico tornavam-se eles próprios traficantes (Capela, 2016: 183-218).

Patrick Manning (1990: 8-26) calcula que, de um total acumulado de cerca de 14 milhões de pessoas exportadas de África nos séculos XVIII e XIX, dois a três milhões de Africanos terão saído da costa oriental. Estes números não incluem, por ainda ser difícil a quantificação, as perdas provocadas pelas razias, pelas longas viagens até aos portos de embarque, pelo encarceramento e pelo transporte marítimo feito em navios negreiros em condições muito precárias e com elevados índices de mortalidade.

Nos séculos XVIII e XIX, a costa de Moçambique passou a ser mais intensamente procurada pelos plantadores franceses instalados nas ilhas do Índico e por comerciantes de zonas mais longínquas como as Américas, principalmente o Brasil (Clarence-Smith, 1989: 42). As estatísticas indicam, para o período entre 1786 e 1794, que terão saído de Moçambique em direcção às ilhas do Índico mais de 56 mil escravos, a que corresponde uma média anual de cerca de 6 200 escravos. Na década de 80 do século XIX, levantado o embargo aos portos de Moçambique, acompanhado com medidas que oficializaram a emigração de trabalhadores da costa de Moçambique para as ilhas do Índico nos mesmos moldes da emigração para o Natal, na África do Sul, os embarques para as Mascarenhas apresentavam números que se podem considerar impressionantes. Afirma M'Bokolo (2003: 308), baseando-se nos serviços de emigração reunionenses, que se estimava existirem na ilha da Reunião, em 1882, cerca de 12 000 trabalhadores africanos – os *Cafres* –, ainda que não fosse possível distinguir os Africanos oriundos do continente dos de Madagáscar. De acordo com Campbell (1981: 203-227), entre 1821 e 1890, terão sido embarcados de Moçambique para o reino de Merina, em Madagáscar, cerca de 540 000 escravos.

2. Tráficos e relações históricas e culturais

A história da escravatura e dos tráficos entre os povos africanos é a história das populações escravas, libertos e seus descendentes, muitas vezes mestiços, enraizados nas sociedades para onde foram transportados. No caso de Moçambique, no âmbito deste estudo, interessará não tanto determinar a dimensão dos tráficos, mas, sim, identificar o que ficou dessa(s) identidade(s) nos diferentes destinos para onde foram transportados os escravizados. Não menos importante, importará saber se alguns deles, ou seus descendentes, terão regressado e, naturalmente, trazido hábitos e costumes que se tenham também enraizado na sociedade de origem.

Os *Moçambiques*, que foram forçados a deixar as suas terras e levados para distintas partes do Oceano Índico, transportaram certamente consigo elementos das suas culturas, línguas, música, hábitos e costumes. Mas, para os seus descendentes, já nascidos nos cativéis, Moçambique pode ter-se tornado uma memória distante. No entanto, a condição de ser um *Moçambique* deve levar-nos a reflectir sobre esta conexão, mesmo que essas origens possam ter-se diluído no tempo e não suscitar boas memórias.

No tocante às ilhas do Oceano Índico e a outras zonas banhadas por este grande mar, tem sido interessante observar que alguns dos laços às origens persistem ou estão mesmo a ser reconstruídos pelos *moçambicanos* na diáspora, cidadãos de países que procuram agora estabelecer conexões com as terras de onde vieram os seus ancestrais. É todo esse manancial de conexões e incidências que este artigo pretende reportar.

A partir do século XVIII, com o comércio de escravos, primeiro, e, depois, com o envio de contratados para o trabalho em minas e plantações, milhares de pessoas, oriundas do território que é hoje Moçambique, foram conduzidos para vários destinos, nomeadamente as ilhas do Oceano Índico.

Entretanto, desde meados de setecentos tinha-se intensificado a produção nas plantações das ilhas Mascarenhas, ao mesmo tempo que se multiplicavam as refinarias de açúcar. Para o fim do século XVIII já Moçambique era, a par de Madagáscar, uma das principais fontes de abastecimento em escravos das ilhas Mascarenhas.

Alguns dos estudos produzidos acentuam a originalidade das culturas africanas, já não reduzidas a meros objetos circunstanciais, o que faz realçar a sua contribuição para a organização das sociedades das ilhas, com destaque para a forma e as condições que ditaram a sua integração cultural em cada uma das sociedades das Mascarenhas. Outros confirmam que se encontram, em todas as ilhas do Oceano Índico, evidências de manifestações culturais que remetem para a origem moçambicana dos seus actores, sobretudo a partir da preservação dos nomes e das ligações destas comunidades². Muitos destes estudos dão, de alguma forma, a devida atenção à participação dos Africanos na criação dessas sociedades de destino, ou como alguns autores sugerem, na criação de *sociedades inéditas*³.

O realce para a importância destes estudos que recorrentemente afirmam a participação dos Africanos na construção das sociedades das ilhas do Índico, não deve deixar de suscitar outras interrogações, cujas respostas poderão, por um lado, confirmar ideias já afirmadas por outros autores e, por outro lado, trazer-nos mais luz sobre as relações históricas e culturais entre Moçambique e as ilhas do Oceano Índico, afinal o objeto do presente estudo. São questões importantes para as quais não se encontrarão respostas simples e categóricas. Mas, é inquestionável que merecem ser pesquisadas e discutidas, confrontando-as com situações que podem suscitar qualquer tipo de reacção ou revolta, ainda que sob a forma passiva.

Entre outras questões, importa, para já, saber: O que aconteceu com os escravos e seus descendentes já livres? Como se integraram nas sociedades de destino? O que resta das suas línguas e das suas tradições culturais? Em que se ocupavam? Terão muitos deles regressado? Se regressaram, como se integraram na sociedade de origem dos seus antepassados?

2.1. *Origem e proveniência dos escravos*

A informação escrita ou as estatísticas produzidas quer por proprietários ou pelo próprio Estado descrevem, ainda que nem sempre esclareçam, a origem dos escravos, a sua proveniência, as relações entre eles e com outros grupos, ou como viviam. As informações, muito parciais, encontram-se nos livros de notários, registos de nascimentos e mortes, nos relatórios oficiais, nas narrativas de viajantes, na documentação de arquivo e, também, nos jornais da época. Os censos populacionais das ilhas são também preciosos auxiliares para determinar as origens geográficas e «étnicas» dos escravos provenientes da costa oriental africana.

² Entre outros ver: Alpers, 2001, 2005a; Capela, 2002a, 2016; Fuma, 2005; Low, 2005; Rocha, 2006.

³ Esta designação deu-a Isabel Castro Henriques (2000) às ilhas de São Tomé e Príncipe, também elas povoadas com contingentes de escravos durante vários séculos, incluindo escravos de Moçambique.

As pessoas levadas para as ilhas como escravas descreviam-se e identificavam-se a si próprias pela sua origem étnica. Em 1806, na ilha Reunião (ex-ilha de França), mais de 40 % dos escravos eram designados por *Moçambiques* e constituíam uma variedade de origens étnicas, nomeadamente *Macouas* ou *Maquois* (Macuas), *Mindiahous* (Ajaus ou Yao), *Makondés* (Macondes), *Yambanes* (de Inhambane) e outros. Num processo verbal dos interrogatórios destinados a constatar a proveniência de diversos indivíduos da população negra, foi levado a depor um indivíduo que o fez nos seguintes termos: “*Eu sou cafre moçambique, no meu país chamava-me Tambéra. No navio em que nos encontrávamos... viemos para Saint-Denis em que fomos desembarcados*”⁴. A origem mencionada refere-se à atual área do distrito de Tambara, situado a norte da Província de Manica, limitando com a margem sul do rio Zambeze.

Os vocábulos *Macouas*, *Mudiaous*, *Makondés* e outros estão bem vivos nas ilhas ainda hoje. Havia gente conhecida também sob as designações de *Zambezianos* e *Quelimanes*, certamente oriundos da Zambézia ou saídos pelos porto de Quelimane. É muito usual a designação do *Yambane*, que se refere a todos os escravos do sul de Moçambique, embarcados a partir do porto de Inhambane. Muitos destes indivíduos eram Tsongas, sendo este etnónimo também utilizado nas diásporas. A designação de *Yambane* (ou *Nyambane*) era nas ilhas assumida como uma identidade distinta entre os escravos da África Oriental no século XIX. Ainda hoje é muito acentuada, havendo evidências de algumas famílias ainda se auto-designarem dessa forma⁵. Baissac (1887), primeiro, Chaudenson (1974), depois, afirmaram a importância dos vocábulos de origem «moçambicana» no fundo lexical crioulo das ilhas de França/Reunião e Bourbon/Maurícia.

Pode-se, por isso, dizer que não há hoje grandes dúvidas em reconhecer a diversidade de origens dos *Moçambiques* ou *Mozambiky*, como também eram conhecidos nas ilhas do Oceano Índico. A imagética sobre Africanos escravos, ou descendentes, constantes na documentação de arquivo e nos catálogos, refere uma variedade de *Moçambiques* cujas figuras mostram diferentes formas de escarificações corporais, próprias de muitos dos povos da África oriental, e diferentes origens étnicas. Um número significativo de famílias busca reconhecer as suas origens moçambicanas. Além destas, certas danças transportam o nome *moçambique*, ainda que as origens de algumas delas sejam mais diversas do que a designação indica. Como *Moçambiques* eram também conhecidos escravos originários de outras zonas fora do actual território de Moçambique – Maravi, Nyamiwezi, etc. Durante o século XIX, foram identificados descendentes de escravos macuas e devem ter mantido alguma desta identidade. Os *Moçambiques*, de um modo geral, mantiveram alguma identidade, nessas zonas onde eram mais numerosos, como sugere Alpers (2001: 85) após pesquisas efetuadas mais recentemente. Assim, ainda que possa surpreender, é relevante o facto de os *Moçambiques*, de um modo geral, terem mantido traços de identidade de origem, mormente nas zonas onde eram mais numerosos.

Na Ilha Maurícia, o censo de 1830 faz a distinção das classes de escravos, em que aparecem os *Moçambiques* representando a classe 4 com dois quintos da população escrava. Segundo Alpers (2001: 85), nesta população estavam referidos os *macouas*, *mondjavoas*, *senas*, *moussenas*, *yambanes*, *mouquindos*, *maravis*, *macondes*, *niamoeses*, todos designados pelo nome colectivo de *Moçambiques*. Apesar da diversidade das origens étnicas e linguísti-

⁴ Documentação sobre “Inquirições, registos, actas e listas de nascimentos.e mortes, e fotografias constantes ou depositados nos Arquivos Documentais da ilha Reunião”. In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l’Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d’Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, p. 68.

⁵ “Processos Verbais de Interrogatórios” e “Assentos e Registos de Nascimentos e Óbitos de Negros e Escravos”. In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l’Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d’Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, pp. 68-159.

cas destes grupos, acabaram por constituir a categoria de *Moçambiques* e, depois, a de *Crioulos*, que indica também hoje os descendentes afro-malgaches e, entretanto, pessoas cujos ancestrais foram escravos. Há evidências de a língua eMakwa (macua) ter sido falada ainda durante muito tempo, bem para além da emancipação dos escravos, identificando-se muitos termos já integrados no vocabulário popular da ilha Maurícia, similarmente ao que acontece com a Reunião (Baissac, 1887; Chaudenson, 1974).

No século XIX e grande parte do século XX, chamar a alguém *Moçambique* nas ilhas era considerado pejorativo, por indicar uma pessoa de origem escrava. Contudo, essa imagem vem sendo gradualmente esbatida. Antes instrumento para marginalizar os Crioulos, na Maurícia, e os Cafres, na Reunião, tal designação tornou-se numa *identidade* reclamada pelos ilhéus que desempenham cada vez mais um papel central nas sociedades das ilhas. Autores como Barker (1996: 64-70) consideram os Mauricianos *Moçambiques* como uma comunidade étnica. Este processo de investigação histórica de famílias, e que permite determinar as origens e reconstituir histórias de famílias, é desenvolvido no âmbito do projeto *Origins* do Centro de Cultura Africana Nelson Mandela, de Port Louis, na ilha Reunião⁶.

2.2. Ocupações e/ou profissões dos escravos e contratados

Os efeitos da escravatura e dos tráficos não só afetaram as sociedades africanas como também modificaram as condições de ocupação e de exploração nas ilhas do Índico. Escravos domésticos, escravos de ofícios e escravos de lavoura, terão sido, porventura, os pilares do sistema escravocrata implantado nas ilhas. Que competências tinham os escravos ou os contratados? Como eram escolhidos? Impunham-se pela sua competência, pela sua personalidade?

Nos estudos até hoje produzidos, são raras as referências às competências e habilidades dos escravos oriundos de Moçambique ou da África Oriental. Mas, é provável que entre os escravos se encontrassem os mais dados aos trabalhos mecânicos, os artesãos, cuja capacidade de transformação e de invenção cultural possa ter tido alguma influência na organização da produção (agrícola ou artesanal) e, porventura, das sociedades das ilhas. Certamente que entre eles se encontrariam ferreiros, calafates, carpinteiros, pedreiros, marinheiros e tecelões. Vários autores apontam referências quase sempre a escravos de lavoura (plantação), mas também a alguns artesãos e escravos domésticos. Ora, sabe-se que em Moçambique, nos séculos XVIII e XIX, em pleno auge dos tráficos, os ofícios mecânicos eram desempenhados por escravos, que até eram mandados *industrializar-se* pelos próprios senhores (Capela, 2002b: 239). A documentação contém referências a escravos experientes nos ofícios de ferreiro, calafate, pedreiro, carpinteiro, marinheiro, barqueiro, tecelão, etc., que trabalhavam para o Estado ou para particulares. Foram eles que construíram os grandes edifícios e palácios na Ilha de Moçambique e em outras zonas de ocupação portuguesa, e que se ocupavam da navegação, costeira e oceânica (Capela, 2002b: 233-245; 2005: 188-192). Porém, é necessário que as pesquisas prossigam no sentido de inventariar mais sobre os ofícios a que se dedicavam os escravos *Moçambiques* nas ilhas.

Muito está ainda por fazer relativamente ao papel das mulheres, escravas e descendentes, bem como sobre as suas origens e o seu peso demográfico. Teriam as mulheres um peso significativo na população escrava das ilhas? Qual a percentagem de mulheres e o que

⁶ Para a ilha Reunião, ver Fuma, 2005: 247-256, referindo documentação dos Arquivos Departamentais da Reunião, *Registos especiais de 1848*. Para a Ilha Maurícia, ver Low, 2005: 367-371, citando documentos dos Arquivos Nacionais da Ilha Maurícia, Série KK 1/II, designadamente: *Registo dos nomes dos libertos da ilha Maurícia, em 1835*; *Report on the census enumeration made in the colony of Mauritius and its dependencies on 31 March 1901*; *Report on the census enumeration made in the colony of Mauritius and its dependencies on 31 March 1911*.

faziam principalmente? Quantas eram originárias de Moçambique, ou, pelo menos, da costa oriental de África? Tinham papel de relevo nos grupos em que estavam inseridas? Os censos, tanto na Ilha da Reunião como na Ilha Maurícia, mostram um reduzido peso demográfico das mulheres. Dão também alguma indicação da origem de mulheres escravas, cujos registos e referências remetem para Moçambique, como é o caso das actas e registos de nascimentos e mortes. Um desses registos, de 1834, dá conta do nascimento de uma criança do sexo feminino, de nome Velina, filha de uma escrava originária de Moçambique⁷. Na documentação iconográfica do século XIX encontram-se alguns elementos que levam a crer que as mulheres estão presentes em percentagem razoável entre a população escrava e descendente de escravos⁸. É provável que muitas destas mulheres tivessem participado nos diversos movimentos sociais que ocorreram entre a população escrava no século XIX, nas ilhas. Elas eram certamente as responsáveis pela preservação das tradições culturais africanas, nomeadamente jogando um papel importante na organização das festividades e na combinação das culinárias africanas com as indianas, chinesas e europeias. Sabe-se que um número razoável destas mulheres ganhou a sua liberdade, mas pouco ou nada se sabe das que, em algum momento, tenham voltado a África com os seus familiares. Num dos poucos casos conhecidos de mulheres que regressaram a Moçambique foram identificadas, no inventário de um navio proveniente da ilha Reunião em 1893, apenas cinco mulheres e uma criança em um total de 560 repatriados⁹.

2.3. Organização social na origem e no destino

Uma outra questão que carece de mais investigação é a da possível formação de associações do tipo das irmandades e confrarias, tão prolíferas em outras sociedades, nomeadamente a brasileira e as caribenhas. Em todo o lado onde se constituíram, estas associações tinham, normalmente, por objetivo a diversão em comum, a ajuda mútua em casos de doença e morte (apoio às famílias, aos funerais, etc.). Elas contribuíram amiúde para aproximar pessoas de origens, raças e religiões distintas, destruindo assim barreiras criadas por preconceitos absurdos. O carácter organizado das festas e atividades das associações podem dar-nos a ideia de como estes grupos souberam conservar traços identificadores das suas culturas.

A viver nas plantações ou nos centros urbanos, aos Africanos decerto não agradaria muito, em caso de morte, serem enterrados de noite, em qualquer lugar, fosse num campo ou numa montanha desabitada. Se tivermos em conta o quão importante é a reverência dos Africanos à morte e, também, a importância dos funerais em África, compreendemos a razão pela qual os Africanos tendem a organizar-se em associações, e que tenham, em pouco tempo, aderido às religiões dominantes, as que permitiam uma oportunidade de se juntarem, assim se favorecendo a interação cultural. Os mortos não seriam assumidos apenas pelos membros da família mas por toda a comunidade. Nessas cerimónias, como ocorria nas ilhas das Caraíbas, por exemplo, os Africanos usavam, certamente, uma língua acrioulada, que acabavam por criar à sua chegada às ilhas.

Hoje, nas ilhas Reunião e Maurícia, as comunidades encontram-se organizadas em grupos e associações dinâmicas, tais os casos da Associação Cafre (Reunião)¹⁰ e do Movimento

⁷ "Naissances et décès d'esclaves à Saint-Joseph en 1831-1834". In: *Catálogo da Exposição «Île de La Réunion. Regards Croisés sur l'Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d'Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998, p. 159.

⁸ *Idem*.

⁹ AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Cx. 6, Maço 2, n.º 10, *Informação do cônsul português em St. Denis para governador de Inhambane*, 25/02/1893.

¹⁰ Fuma, 2005, referindo os Arquivos Departamentais da Reunião, Registos especiais de 1848.

Crioulo (Maurícia)¹¹, com toda a probabilidade sucedâneos de grupos que se constituíram durante todo o processo de formação das sociedades das ilhas Mascarenhas.

Ao contrário do movimento de regresso entre o Brasil e a África Ocidental, fenómeno bem documentado e já suficientemente divulgado por diversos autores¹², são escassas as evidências de escravos e seus descendentes que tenham porventura regressado a Moçambique. Na Ilha Maurícia, onde, no século XIX, a lembrança de África estava bem viva, Perthum¹³ indica casos de escravos libertos que retornaram à terra de origem.

Nas duas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, vieram para Moçambique, primeiro para a ilha de Moçambique, estendendo-se depois a outros centros, nomeadamente Lourenço Marques e Inhambane, grupos provenientes das ilhas do Oceano Índico, que cedo se organizaram em defesa dos seus interesses. Foi nesse período que se formaram em Moçambique associações de defesa e ajuda (mutualidades) de emigrantes das ilhas Mascarenhas, nomeadamente de mauricianos e reunionenses, em cuja constituição se encontravam, com toda a probabilidade, «crioulos» das ilhas.

Uma dessas associações é a Sociedade de Socorros Mútuos e de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», fundada em 1921, com sede social em Lourenço Marques, e que tinha por fim reunir os seus membros, residentes em Moçambique, “*por uma solidariedade fraternal, para o caso de precisarem de auxílio*”¹⁴. Segundo os Estatutos¹⁵, a associação era constituída por mauricianos e pessoas nascidas em Moçambique de pais mauricianos¹⁶, o que deixa entender a existência de uma comunidade das ilhas em Moçambique bem antes de iniciar o século XX. Os nomes constantes dos órgãos diretivos da associação permitem estabelecer uma similaridade com os nomes mais usuais entre as famílias «crioulas» nas ilhas Maurícia e Reunião¹⁷.

Relativamente à Reunião, estão documentadas levas de repatriamento, isto é, de retorno a Moçambique, de ex-contratados em finais do século XIX e início do século XX. Este movimento dirigiu-se a Inhambane, um dos mais importantes portos de partida de escravos e contratados no sul de Moçambique. Na última década do século XIX, a documentação de arquivo permite identificar vários barcos transportando trabalhadores de regresso a Moçambique¹⁸. Ainda para a Reunião, com ligação muito provável ao Movimento ou Associação Cafre que ali foi criado, a pesquisa em curso no âmbito da componente de histórias de vida do projeto *Memórias da Diáspora* permitiu-me identificar famílias descendentes de contratados (os *libres engagés*) que regressaram à terra dos seus antepassados. Cito como exemplo o caso da família de apelido Cafre, cujas origens remontam às famílias Nicuere e Amua, dos Macua-Lómwè da Zambézia, de que alguns membros foram embarcados sob contrato para as plantações daquela ilha do Índico, em finais do século XIX, e ainda no século XX. Cafre Nicuere, já nascido na Reunião, era filho de Nicuere, tendo este sido transportado com toda a probabilidade como contratado para aquela ilha em finais do século XIX. Através destas famílias, pudemos confirmar a semelhança e afinidade de

¹¹ Fuma, 2005, referindo os Arquivos Nacionais da Ilha Maurícia, Série KK I/II, *Application de la Loi du 24 septembre 1814; Registo dos nomes dos libertos da ilha Maurícia, em 1835*. Todos os nomes dos libertos da Ilha Maurícia foram registados sob directiva do Centro Nelson Mandela da Ilha Maurícia.

¹² Rodrigues, 1964; Silva, 1994.

¹³ Cf. Low, 2005: 367-371.

¹⁴ Foi oficializada por Alvará de 7 de Abril de 1923, da Secretaria Provincial do Interior em Lourenço. Ver: *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁵ Estatutos da Sociedade de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», in *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁶ Em Moçambique, *Mauriciano* era o nome dado à generalidade das pessoas oriundas das ilhas Mascarenhas, precisamente a Maurícia e a Reunião.

¹⁷ Entre outros estão identificados nomes e apelidos como Trim, Ciseaux, Grancourt, Cangy, Adam, Whittle, Reasonable, Labistour, Le Bon, Régnaud, Dimingue, Carrière, Polanah, Baronet, Poitevin e Moplé. Ver: Estatutos da Sociedade de Beneficência «*La Mutuelle Mauricienne*», in *Boletim Oficial* n.º 21, 25/05/1923: 132-133.

¹⁸ Cf. Capela e Medeiros, 1987: 59-61, Notas 103-111, pp. 69-70.

certas manifestações culturais (danças, rituais, plantas, culinária) entre a comunidade Cafre da ilha Reunião e o grupo macua-lómwè da Zambézia¹⁹.

2.4. Manifestações culturais

Já vários autores apresentaram evidências de manifestações populares, geralmente associadas a grupos com origem em Moçambique, assumindo por vezes cariz religioso. Nos estudos efetuados, pouco se tem dito sobre as manifestações religiosas, sobretudo sobre os rituais no espaço das irmandades negras, quase sempre organizadas como associações autónomas.

Ao nível das práticas religiosas, é importante um maior esforço de investigação. Neste domínio pode abrir-se uma via de reencontro com a África, dando, porventura, azo a uma reafirmação dos cultos, que as viagens e os contactos, agora possíveis, podem tornar mais autênticos. Nas ilhas do Índico, são vários os sincretismos ali existentes por influência das culturas negras originárias de Moçambique e de toda a África Oriental. Nas ilhas Reunião e Maurícia, é reconhecida a influência das culturas afro-orientais, nomeadamente de Moçambique, desde as práticas de fetichismo ao folclore, aos cânticos e às danças, tornando forte uma certa consciência racial, elemento predominante mesmo nas relações sociais. Este é também o espaço reservado aos movimentos ritmados, aos jogos, às trocas verbais, ao mesmo tempo imitando a luta, o combate. Teelock (2005: 279-281) e Alpers (2005b: 52-69), conhecedores da história e da cultura das ilhas do Índico, afirmam que a ignorância e o medo de muitas pessoas de serem identificadas com uma cultura africana se mantiveram até muito recentemente, o que dificultou o reconhecimento das suas identidades.

Na Reunião são reconhecidas as danças e cantos *moringue*, *sega* e *maloya*, cuja origem se crê estar também em Moçambique²⁰. *Maloya* é, segundo o músico e compositor reunionense Davy Sicard, que não descarta a hipótese de ter origem em Moçambique, o ritmo tradicional mais conhecido na Reunião, que reenvia para o estado de transe o corpo e o espírito. É um cântico forte que relata o sofrimento dos escravos que foram levados como mão-de-obra para a ilha que, como se sabe, serviu durante muito tempo de presídio de europeus. A origem do *maloya* está ainda por determinar, sabendo-se, todavia, que “*nasceu da fusão de expressões musicais, vocais, instrumentais e de danças de escravos africanos*”, levadas para a Reunião por escravos negros oriundos de Madagáscar. Praticado em segredo, em círculos fechados, era através do *maloya* que os escravos procuravam comunicar-se e trocar ideias, que lhe valeram a perseguição pelos ideólogos da escravatura e pelas elites dirigentes, que viam nesta manifestação tendências de criouliização da ilha. O *maloya* fala da terra, do povo, da história, estabelecendo espiritualmente a comunhão entre vivos e mortos (antepassados).

O *maloya* está intimamente ligado ao *marron*, designação dada aos descendentes de escravos, já mestiçados, e que na Reunião está bem inserido no imaginário popular dos ilhéus, como uma espécie de filosofia de ser e de estar, isto é, “*uma pessoa que se sabe levantar, discutir e exigir a sua liberdade*”. Muito ligado aos movimentos sociais nas ilhas, a impor-

¹⁹ Cafre Nicuere, já nascido na Ilha Reunião, aqui casou com Anaisse Murakelle, também natural da ilha, com quem teve vários filhos. Nicuere veio para Moçambique em finais dos anos 30 do século passado acompanhado de parte da sua família, entre os quais Mateus Cafre, estabelecendo-se no Alto Molócué, um distrito da Zambézia. Mateus Cafre voltou à Reunião como contratado e de lá regressou em finais dos anos 40, juntando-se à família no Alto Molócué. Alfabetizado e diplomado, foi professor na missão católica do Alto Molócué, sendo obrigado a refugiar-se no Malawi durante a guerra civil que assolou Moçambique durante 16 anos. Regressado à Zambézia em 1995, retomou a sua vida normal e o lugar de professor na escola da Missão Católica local. Estes dados foram recolhidos no âmbito do projecto *Memórias da Diáspora - Histórias de Vida*, em entrevista com um dos descendentes da família Cafre, filho de Mateus Cafre, de seu nome Aires Cafre, na altura estudante na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, em 2009/2010.

²⁰ Savana, 07/07/2006: 31.

tância do vocábulo *marron* remete para os tempos da escravatura, em que os escravos levados para a ilha se levantaram para exigir a sua liberdade. Para Sycard, assumindo-se o espírito maloya, “*a Reunião torna-se possível*”²¹.

Para Karl Kugel²², um antropólogo *doublé* de museólogo, da Ilha Reunião, são evidentes as semelhanças da dança *moringue* e outras práticas culturais antigas da Reunião com manifestações culturais do Norte de Moçambique, em particular as que assumem a forma de danças guerreiras ou de combate. Também Phillipe Bessier identificou várias danças, entre as quais a *moringue*²³, o que de certo modo confirma a tese de Kugel, atribuindo a esta dança uma origem em Moçambique. A *moringue* também se pratica em Madagáscar com o nome de *morangué*, e na Mayote, onde leva o nome de *merenguê*, tendo sido identificadas, segundo Kugel²⁴, pelo malgache Jean René Dreinaza. É sabido, estas ilhas receberam numerosos grupos de escravos e contratados provenientes de Moçambique ao longo do século XIX.

Tanto Kugel como Dreinaza referem que estas práticas populares, às quais estão ligadas personagens de representação popular como o Jackô, não sendo de origem indiana, chinesa ou polinésia, são, certamente, de origem afro-oriental e praticam-se em quase todo o Índico ocidental. Kugel afirma que estavam ainda muito presentes em toda a Reunião nos anos 50 e 60 do século passado²⁵. Como dança guerreira, a *moringue* apresenta-se ao mesmo tempo como uma forma de dança tradicional e uma prática desportiva. A mitologia diz que a *moringue* existia em África e que foi disseminada nas ilhas do Oceano Índico pelo tráfico de escravos. A sua existência é mais um dos elementos comprovativo dos laços estabelecidos entre pessoas oriundas de Moçambique transportadas para as ilhas do Oceano Índico, cujos descendentes e aspectos da sua cultura são hoje parte da população e da cultura das ilhas. Baissac, citado por Police (2000: 57-69), refere-se igualmente à dança *sega*, também *chega* ou *tchega*, como sendo originária de Moçambique, e que era provavelmente cantada pelos negros refugiados nas montanhas.

O contributo de Moçambique para as línguas crioulas das ilhas parece estar ligado ao dialecto crioulo designado *shongor*, identificado na Ilha Maurícia. Os vocábulos *Yambane* (designando os oriundos de Inhambane), *Macoua* (os de origem Macua ou Makhwa), *Mundiaou* (os Yao ou Ajaua), e outros, estão bem vivos na memória e na oralidade das ilhas. Chaudenson (1974: 916, 1093) confirma o que Baissac também havia registado em 1887: a importância de vocábulos de origem moçambicana no fundo lexical crioulo da ilha Maurícia, e, certamente, também da Reunião.

2.5. Resistência vs passividade

As formas de resistência dos escravos, tanto nos locais de destino como nos de origem, constituem um dos aspetos mais negligenciados e mais nebulosos da história dos tráficos e das escravaturas. Esta ausência de estudos sobre revoltas e insurreições dos escravos deixa subentender toda uma passividade face aos maus tratos e condições de vida e de trabalho por parte dos escravos, libertos e contratados. Será que os Africanos não resistiram? Colaboravam pura e simplesmente para conseguir a confiança do senhor?

Até recentemente, no domínio das resistências de escravos, a atenção dos investigadores permaneceu mais focada nas insurreições a bordo dos navios negreiros, nas revoltas (qui-

²¹ *Savana*, 12/10/2007: 30.

²² *Savana*, 07/07/2006: 31.

²³ Informação recolhida durante o Seminário *Causas e Consequências da Escravatura Ontem e Hoje*, realizado na Ilha de Moçambique, co-organizado pelo ARPAC/Ministério da Cultura e pela Universidade da Ilha Reunião, em Agosto de 2007.

²⁴ *Savana*, 07/07/2006: 31.

²⁵ *Idem*.

lombolas) e nas fugas nas Américas, esquecendo África. Ora, é mais do que provável que em África tenham ocorrido revoltas e fugas, algumas das quais já conhecidas, ainda que não profundamente estudadas. Começa-se, hoje, a perceber a amplitude deste fenómeno ao longo dos séculos de vigência do tráfico.

As pesquisas efetuadas vão dando conta de revoltas na costa, opondo-se os escravos, quase sempre violentamente, à deportação, ou de insurreições nos navios negreiros em plena viagem, algumas delas espetaculares e até vitoriosas, seguidas da destruição dos próprios navios. Para África, são mais conhecidas algumas revoltas de escravos no século XIX, o que não significa que não tenham ocorrido anteriormente. Simplesmente, tais revoltas e insurreições não chamaram a atenção dos investigadores, mais preocupados com as formas de submissão e a integração dos escravos nas sociedades de destino. Embora haja, nos últimos tempos, mudanças de pontos de vista por parte dos investigadores, o estudo geral sobre as revoltas de escravos em África mantém-se muito incompleto²⁶.

Em Moçambique, o século XVIII foi marcado por revoltas de escravos, de que as mais conhecidas são as dos célebres «achicunda», escravos guerreiros ao serviço dos senhores dos prazos, em reacção à sua iminente venda como escravos aos traficantes da costa com destino aos mercados externos.

Nas ilhas do Índico, as comunidades originárias de Moçambique usaram as danças como formas de manifestação identitária. Estas manifestações, de tradição já antiga, são vistas como traços importantes das culturas afro-orientais e formas de expressão cultural e de resistência negra.

Um melhor conhecimento da história dos movimentos sociais nas ilhas do Índico em busca da liberdade, nos séculos XVIII e XIX, certamente imbuídos dos ideais da Revolução Francesa e do liberalismo jacobino, pode ajudar-nos a entender melhor, não só a dinâmica desses movimentos mas também a das eventuais resistências dos escravos, ou já libertos, nesses períodos. A trajetória, por vezes épica, destes grupos e movimentos de resistência, pode inscrever-se na luta pela liberdade, embora, na maioria das vezes, sem ter tido a oportunidade histórica de pôr em prática esse mesmo ideal de liberdade.

Nas ilhas Maurícia e Reunião, a resistência dos escravos passou pela procura de refúgio nas zonas montanhosas. Em todos os casos históricos conhecidos foi assim, dado que, conhecedores dos terrenos que pisavam, procuravam refúgio na sua *fortaleza natural*. Estas questões, de difícil resposta categórica, requerem mais pesquisa, mormente sobre as situações que podiam suscitar revolta ou reacção, ainda que sob a forma passiva. A leitura da legislação sobre os escravos, os famosos *códigos negros*, evidencia o reconhecimento da existência jurídica do escravo, não pela *obediência positiva* – ao escravo não era reconhecida vida própria, era tido como um objecto –, mas pela negativa, ou seja, pelos casos de revolta ou desobediência, prevendo-se sanções para tais atitudes. Segundo Sala-Molins (1998: 72-73), o senhor era o único juiz que determinava a sanção, por desobediência, ou a liberdade ou alforria em caso de *obediência positiva*.

Se se levar em conta a exiguidade dos territórios das ilhas, pode inferir-se que tal situação não tenha permitido a formação de grandes comunidades resistentes, semelhantes aos *quilombolas* ou *mocambos* da América do Sul e das Caraíbas. No entanto, nas ilhas existem os chamados movimentos de *marrons*, grupos de escravos revoltados que se refugiavam nas montanhas, e onde vários escravos *Moçambiques* se destacaram. As montanhas da ilha Maurícia, especialmente o monte Le Marne Brabant, ficaram como referência, para os mauricianos, de ligação aos movimentos revoltosos.

²⁶ M'Bokolo, 2003, I: p. 467.

Teelock (2005: 279-294) chamou a atenção para a existência de vários escravos *Moçambiques* (macuas, sobretudo). Alpers (2000: 89), por sua vez, destacou o papel de liderança de escravos oriundos de Moçambique – os escravos Hercule e Bataillon-Carre, que se identificaram como Macua («macoua» ou também «maquois»), e Martin que se descrevia a si próprio como Ajaua/Yao («mindihaou»). Encontram-se referências a condenados na ilha Reunião por rebelião e insubordinação, a indiciar a sua participação em manifestações de luta e de protesto. No seu regresso a Moçambique, vários deles vinham mencionados como perigosos e sob vigilância²⁷.

3. Notas finais

Este estudo pretende abrir caminhos na reflexão sobre o porquê do esvaziamento da memória das escravidões na maior parte das sociedades onde o fenómeno ocorreu de uma ou de outra forma.

Como já foi dito, o tráfico de escravos teve incidências económicas e sociais em Moçambique, mas proporcionou o estabelecimento de relações culturais e políticas especiais de Moçambique com as ilhas do Oceano Índico, a partir do século XVIII.

A fragmentação e a dispersão das fontes dificultam o estudo desses processos. As principais fontes para seguir o rasto dos *moçambicanos* parecem ser os arquivos dos cartórios notariais e registos paroquiais, onde podemos determinar a origem e a descendência dos escravos, os assentos de nascimentos e óbitos, importantes por se tratar de verdadeiros atos administrativos, que possuem indicações obrigatórias mínimas (nomes de origem, estatuto, profissão, etc.), tal como o são os catálogos fotográficos e de gravuras, além, obviamente da demais documentação arquivística.

Estudos sobre a coesão social em torno das associações, mormente as culturais e religiosas, criadas onde os moçambicanos se encontravam, abrem certamente espaços para pesquisas, como, por exemplo, a das relações estabelecidas e do espírito de competitividade entre essas entidades, procurando-se assim identificar as diferenças e aspetos comuns estabelecidos nos diversos espaços entre essas formas de organização já conhecidas. Uma linha de pesquisa que se mantém actual é a de saber como os escravos oriundos de Moçambique e seus descendentes já livres procuraram reconstruir as estruturas políticas, religiosas e económicas das terras de origem.

Os estudos sobre o tráfico e os diferentes sistemas de escravidão devem cada vez mais refletir a preocupação pela dimensão humana dos escravos, procurando mostrar as formas pelas quais os Africanos participaram nas mudanças culturais ocorridas tanto nas suas comunidades de origem como na construção do tecido socio-cultural das sociedades de destino. De igual modo, o estudo das diversas formas de resistência, algumas já inventariadas, dará certamente um contributo para devolver aos Africanos a dignidade tantas vezes recusada, deitando por terra a ideia instalada sobre a pretensa passividade dos moçambicanos, e dos africanos em geral, que teria facilitado tanto a escravatura como o tráfico de escravos ou a dominação colonial. As sociedades das ilhas, nomeadamente da Reunião e da Maurícia, são o resultado de sínteses de experiências culturais e entrecruzamentos étnicos – negros, malgaches, brancos, indianos e chineses. Na verdade, foi o trabalho escravo e servil que permitiu, também aqui, a *reconstrução* ou a *invenção*²⁸ das sociedades de hoje nestas ilhas, marcadas, como outras, a ferro e fogo pela intervenção colonial.

²⁷ AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 28, Maço 4, n.º 3, *Liste de Repatriement par Champenois*, de 3/10/1891; AHM, Governo Geral, Caixa 25, Maço 1, n.º 33, *Do Cônsul de França para o Governador-Geral*, 14/04/1892; AHM, Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 6, Maço 2, n.º 10, *Do Cônsul de Portugal em Saint-Denis para Governador de Inhambane*, 25/02/1883. Ver também o que sobre esta matéria referem Capela e Medeiros, 1987: 58-59.

²⁸ No sentido que lhe conferem Benedict Anderson (1983) e Isabel Castro Henriques (2000).

Nas ilhas, a população de origem africana é facilmente identificável, embora atualmente grande parte se encontre diluída no grupo genericamente designado de *crioulo*. O estudo deste grupo torna-se, por vezes, difícil, por se tratar de uma população durante muitos anos marginalizada e que, para sobreviver nestas sociedades, acabou por se diluir na população, escondendo dessa forma as marcas da origem escrava.

Cortados das suas origens geográficas, os Africanos procuram hoje estabelecer ligações às suas culturas originais, reveladas em actos durante as cerimónias ligadas à morte, ou transmitir elementos do seu reportório cultural, presente em contos, provérbios, crenças, danças e músicas tradicionais. Assim, ainda hoje, podemos encontrar na tradição mauriciana ou reunionense, porventura já alteradas, mas ainda fortes, sobrevivências culturais dos grupos de origem dos escravos e contratados que foram levados de Moçambique para estas ilhas nos séculos XVIII, XIX e XX. Pode aventar-se que a hegemonia das culturas dominantes não parece ter impedido os *Moçambiques* e outros grupos de origem africana de cultivarem os traços das suas culturas de origem.

No estado atual das investigações, não é arriscar demais dizer-se que, afinal, a relação das ilhas do Índico com África perdurou e continua a marcar algumas das mudanças que vão ocorrendo em ambos os lados do Índico. É necessário prosseguir com as pesquisas para estudar melhor as comunidades de origem africana nas ilhas do Índico, e das comunidades oriundas das ilhas em Moçambique, pela importância que devem representar na formação dos nossos povos. Para tal, é importante que sejam estabelecidos intercâmbios entre a história, a antropologia e a sociologia, e também entre cientistas sociais e suas instituições (universidades, centros de investigação, instituições da cultura), procurando aprofundar opções metodológicas e teóricas numa perspectiva interdisciplinar. Tendo em vista a continuidade dos estudos do tráfico e de outras formas de trabalho migratório, fundamental para resgatar toda uma memória coletiva, impõe-se elaborar um projeto que envolva todos os países cujas sociedades foram moldadas pelos efeitos das formas de trabalho servil, e pela influência das culturas africanas. Um processo de intercâmbio já foi iniciado, timidamente embora, como o ilustram os vários programas e ações entre entidades moçambicanas, reunionenses e mauricianas da cultura.

Testemunho desse dinamismo são os acordos de cooperação rubricados entre Moçambique e a Reunião em 2006²⁹. Em Dezembro desse ano, assinalando mais um aniversário do fim da escravatura nas ilhas, realizou-se na Reunião um grande evento cultural em que Moçambique marcou presença como convidado especial, através de grupos culturais de música timbila e dança mapiko, da Companhia Nacional de Canto e Dança, e de exposições de arte moçambicana sob a direcção do Museu Nacional de Arte e do Departamento de Museus do MEC. A representação moçambicana participou ainda em encontros académicos, designadamente em debates sobre os tráficos em direcção à Reunião³⁰.

Em 2007, realizou-se na Ilha de Moçambique uma conferência internacional, organizada pelo Arquivo do Património Cultural de Moçambique – o ARPAC – e a Universidade da Ilha Reunião, subordinada ao tema *Causas e Consequências da Escravatura Ontem e Hoje*. O mais recente cruzamento entre moçambicanos e reunionenses realizou-se na ilha Reunião em Abril de 2008, em Saint-Gilles, pequena cidade a poucas dezenas de quilómetros a sudoeste de Saint-Denis, a capital, para onde se deslocou a Companhia de Canto e Dança de Moçambique, para um festival internacional que juntou artistas de países que partilham o Oceano Índico. Entre Moçambique e a Ilha Maurícia tinha já sido rubricado, em Novembro de 2014, um programa executivo sobre cultura e artes que, ao mesmo tempo,

²⁹ *Notícias*, 15/12/2006: 30.

³⁰ *Idem*.

visava consolidar as relações e a cooperação cultural entre os dois países, através da participação em festivais e exposições, a formação e a investigação³¹.

Para Moçambique, no campo mais estritamente académico e científico, impõe-se considerar, como forma de tirar do esquecimento e do remanso dos arquivos essas memórias antigas, a criação de um Departamento ou Centro de Estudos sobre a África Oriental e o Oceano Índico numa ou em várias das universidades moçambicanas, além, obviamente, do alargamento desses estudos a diversas disciplinas. Até agora, a presença dominante dos historiadores nestes estudos pode ter dado uma visão demasiado historicista e, como tal, redutora dos acontecimentos. Nas ilhas, grupos e associações impuseram já o debate destas questões no espaço público, também político, como o ilustra o dinamismo que hoje ali têm os movimentos *Crioulo* na Maurícia e *Cafre* na Reunião, debate esse que está longe de se ter esgotado e aproveitaria de uma reflexão comparativista com políticas de separações elaboradas em situações de genocídios, crimes de guerra ou contra a humanidade, que continuam a ocorrer até aos nossos dias. Pelo que foi reportado neste trabalho, a história mostra-nos que, tanto no domínio económico como no demográfico e cultural, se estabeleceram complementaridades e imbricações entre os espaços aqui referidos desde praticamente o século XVIII. Resta esperar que estudiosos e investigadores, de Moçambique e das ilhas do Índico, se sintam encorajados a uma vontade comum de mais cooperação.

Bibliografia e Fontes

Fontes

Documentos de Arquivo

Arquivo Histórico de Moçambique.

Fundo do Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 28, Maço 4, n.º 3, *Liste de Repatriement par Champenois*, de 3/10/1891.

Fundo do Governo do Distrito de Inhambane, Caixa 6, Maço 2, n.º 10, *Do Cônsul de Portugal em Saint-Denis para Governador de Inhambane*, 25/02/1883.

Fundo do Governo Geral, Caixa 25, Maço 1, n.º 33, *Do Cônsul de França para o Governador-Geral*, 14/04/1892.

Periódicos

Notícias, 15/12/2006, 15/11/2014.

Savana, 07/07/2006.

Obras

Alpers, Edward (1970), "The French Slave Trade in East Africa (1721-1810)". In: *Cahiers d'Études Africaines*, 1970, n.º 37, pp. 80-124.

— (1975), *Ivory and Slaves in East-Central Africa. Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*. London: Heinemann.

— (2000), "Recollecting Africa: Diasporic Memory in the Indian Ocean World", In: *African Studies Review*, 43 (1), pp. 83-99.

³¹ *Notícias*, 15/11/2014: 17.

- (2001), “Becoming Mozambique. Diaspora and Identity in Mauritius”. In: Teelock, V. & Alpers, E. A. (eds.), *History, Memory and Identity*. Port Louis.
- (2005a), “Mozambique and «Mozambiques»: Slave Trade and Diaspora on a Global Scale”. In: Zimba, B., Alpers, E. e Isaacman, A. (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda., pp. 39-62.
- (2005b), “Flight to Freedom: Escape from Slavery among bonded Africans in the Indian Ocean World, c. 1750-1862”. In: Campbell, Gwin, *The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia*. London-Portland: Frank Cass, pp. 52-69.
- (2009), *East Africa and the Indian Ocean*, Princeton: Markus Wiener Publishers.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso.
- Baissac C. (1887), *Le Folklore de l'Île Maurice*.
- Barker, A. J. (1996), *Slavery and Antislavery in Mauritius, 1810-33*. London.
- Béssière, Philippe (2001), *Vingt Décembre: le jour où La Réunion se souvient*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- (2005), “L'Invention du Cafre”. In: Fuma, Sudel (org.), *Regards sur l'Afrique et l'Océan Indien*, Paris: Le Publieur, pp. 449-455.
- Campbell, Gwin (1981), “Madagascar and the Slave Trade, 1810-1895”. In: *Journal of African History*, 22, n.º 2.
- (1989a), “The East African Slave Trade, 1861-1895. The Southern Complex”. In: *The International Journal of African Historical Studies*, 22, n.º 1.
- (1989b), “Madagascar and Mozambique in the Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861”. In: Clarence-Smith, W. Gervase. (ed.), *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Frank Cass.
- (2005), *The Structure of Slavery in Indian Africa and Asia*. London-Portland: Frank Cass.
- Capela, José (1993), *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto: Ed. Afrontamento, 1.ª edição.
- (2002a), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento.
- (2002b), “Dos Cativeiros Tradicionais para o Escravismo Colonial em Moçambique”. In: Henriques, Isabel C. (org.), *Escravidão e Transformações Culturais. África - Brasil - Caraíbas*. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002, pp. 234-245.
- (2005), “Identity, Sex, Age and Profession of Slaves in Mozambique in the Nineteenth Century”. In: Zimba et al (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda., pp. 171-194.
- (2016), *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Edições Afrontamento, 2.ª edição refundida.
- Capela, José e Medeiros, Eduardo (1987), *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da UEM.
- Catálogo da Exposição «Île de La Reunion. Regards Croisés sur l'Esclavage, 1794-1848»*. Paris/Saint-Denis: Somogy Éditions d'Art/Association Les Cahiers de Notre Histoire, 1998.
- Chaudenson, Robert (1974 II), *Le Lexique du Parler Créole de La Réunion*. Paris: Librairie Honoré Champion.
- Clarence-Smith, W. Gervase, ed. (1989), *The Economics of the Indian Ocean Slave Trade in the Nineteenth Century*. London: Frank Cass.
- Filliot, Jean-Michel (1974), *La Traite des Esclaves vers les Mascareignes au XVIIIe Siècle*. Paris: ORSTOM.
- (2003), “The Mascaregne Slave Trade and Labour Migration in the Indian Ocean in the Eighteen and Nineteenth Centuries”. In: *Slavery and Abolition*, 24/2, pp. 33-50.

- Fuma, Sudel (1979), “La traite esclavagiste dans l’Océan Indien: problèmes posés à l’historien, recherches à l’entreprendre”. In: *La traite négrier du XVème au XIXème siècle. Histoire Générale de l’Afrique*. Paris: UNESCO, Études et Documents II.
- (1994), *Histoire d’un Peuple: La Réunion (1848-1900)*. Saint-Denis: Université de La Réunion.
- (1999), “Essai d’ethno-démographie historique”. In: *Regards sur La Réunion contemporaine*. Saint-Denis: Université de La Réunion/L’Harmattan, pp. 378-393.
- , (org.) (2005a), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*. Paris: Le Publieur.
- (2005b), “Les noms d’esclaves et d’affranchis dans les îles créoles du Sud-Ouest de l’océan Indien au XIXème siècle”. In: FUMA, Sudel (org.), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*. Paris: Le Publieur, pp. 247-258.
- Gentili, Anna Maria (1998), *O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique – Estudos 14.
- Gerbeau, Herbert (1979a), “Quelques aspects de la traite illegal des esclaves à l’Île Bourbon au XIXème Siècle”. In: Méhoud, C., *Mouvements de Populations dans l’Océan Indien*. Paris: H. Champion.
- (1979b), “La traite esclavagiste dans l’Océan Indien: problèmes posés à l’historien, recherches a entreprendre”. In: *La traite negrière du XVème au XIXème siècle. Histoire Générale à l’Afrique*. Paris: UNESCO, Études et Documents II.
- , (1999), “Communauté créole de l’île Maurice. Un combat pour l’Histoire. L’Histoire d’un combat”. In: *Annuaire des Pays de l’Océan Indien, 1997-1998*. Aix-Marseille: CRESOI, pp. 165-212.
- Henriques, Isabel Castro (2000), *São Tomé e Príncipe. A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Ed. Vega.
- Low, Joscelyn Chan (2005), “De l’Afrique rejetée à l’Afrique retrouvée? Les «Créoles» de l’île Maurice et l’Africanité”. In: Fuma, Sudel (org.), *Regards sur l’Afrique et l’Océan Indien*, Paris: Le Publieur, pp. 367-385.
- (2002), “Les ex-apprentis dans la société coloniale: le recensement de 1846”. In: *Revi Kiltir Kreol*, n.º 1, Nelson Mandela Centre for Africano Studies.
- Manning, Patrick (1990), *Slavery and African Life. Ocidental, Oriental and African Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- M’Bokolo, Elikia (2003), *África Negra. História e Civilizações. Tomo I – Até ao Século XVIII*. Lisboa: Editora Vulgata.
- Medeiros, Eduardo (1988), *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Police, D. (2000), “Mauritian Segs: The Trace of the Slaves Emancipatory Voice, Cultural Studies and New Writing”. In: *UTS Review*, Vol. 6, n.º 2, pp. 57-69.
- Rocha, Aurélio (2006), “Diáspora e Memória, encontro de culturas”. In: CEAUP (coord.), *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, pp. 541-571.
- Rodrigues, José Honório (1964), *Brasil e África: Outros Horizontes*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2 volumes.
- Sala-Molins, L. (2002), *Le Code Noir ou le calvaire de Canaan*. Paris: PUF.
- Silva, Alberto da Costa (1994), “O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX”. In: *STVDIA*, n.º 52, Lisboa, pp. 195-220.
- Teelock, Vijaya (2005), “From Mozambique to Le Morne Brabant Mountain. Being Young, Male and Mozambican in Colonial Mauritius”. In: Zimba, B. et al (eds.), *Slaves Routes and Oral Tradition in Southern Africa*. Maputo: Filsom Entertainment, Lda.